



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 021/2016/SEMA/MT	
CONTRATO DE REPASSE Nº 13.2.1265.1: MATO GROSSO SUSTENTÁVEL/FUNDO AMAZÔNIA	
<p>PROCESSO Nº 112094/2016/SEMA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2016/SEMA TIPO MENOR PREÇO GLOBAL DATA: 21/09/2016 – HORÁRIO 14h00min LOCAL: Será pelo Sistema SIAG, para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesse ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”.</p> <p>OBJETO: AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) ESTAÇÕES DE TRABALHO (COMPUTADORES) TIPO WORKSTATION E AQUISIÇÃO DE 28 (VINTE E OITO) NOTEBOOKS SEMI-ROBUSTOS, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.</p> <p>UNIDADE DEMANDANTE: SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO</p>	
ÍNDICE	
1. PREÂMBULO	2
2. DO OBJETO	2
3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS.....	3
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	4
5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	6
6. DO CREDENCIAMENTO	6
7. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS	7
8. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS.....	9
9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	11
10. DA HABILITAÇÃO	14
11. DOS RECURSOS.....	19
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	20
13. DA ORDEM DE FORNECIMENTO	21
14. DO PAGAMENTO.....	23
15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	24
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	26
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	26
ANEXO I	29
ANEXO II	34
ANEXO III	35
ANEXO IV	36
ANEXO V	37
ANEXO VI	42

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 021/2016/SEMA/MT

PROCESSO N.º 112094/2016

1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, criada pela Lei Complementar nº. 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 604/2016/SEMA, publicada no D.O.E do dia 19 de agosto de 2016, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual nº 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA por meio de utilização de recursos de tecnologia de informação torna público para conhecimento dos interessados que o recebimento das propostas será a partir do dia 12 de setembro de 2016 até às 13h30 min. de 21 de setembro de 2016. A abertura das propostas será realizada às 14:00hs do dia 21 de setembro de 2016 tendo como referência o horário de Cuiabá. A licitação será regida pelas Leis nº 10.520/2002, 8.666/93, 123/2006 e pelos Decretos 7.217/06 e suas alterações, 635/2007, 8.199/2006, 7.218/2006 e legislação pertinente.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, denominada Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo licitações da SEGES, constante da página eletrônica do Sistema de Aquisições Governamentais da SEGES – www.gestao.mt.gov.br/portaldeaquisicoes.

2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) ESTAÇÕES DE TRABALHO (COMPUTADORES) TIPO WORKSTATION E AQUISIÇÃO DE 28 (VINTE E OITO) NOTEBOOKS SEMI-ROBUSTOS, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

2.2 Os quantitativos dos objetos desta licitação referentes às cotas principal (75%) e reservada (25%), em observância ao disposto no artigo 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, que trata sobre a reserva de cotas para participação de ME/EPP'S, estão divididos conforme discriminado no ANEXO I – deste Edital.

3. DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS

3.1. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página do SIAG – <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/>, onde se encontra o link para o “Acesso Identificado”.

3.2. As empresas que desejarem participar do PREGÃO ELETRÔNICO deverão obrigatoriamente CADASTRAR-SE gratuitamente na plataforma eletrônica: <http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/> no campo FORNECEDOR, momento em que o representante da empresa deverá escolher login e senha, pessoal e intransferível. **Obs.: Esse cadastro não substitui os documentos de habilitação solicitados no item 10 deste edital.**

3.2.1. Após o cadastramento, o representante da empresa deverá credenciar-se e preencher no Sistema de Aquisições governamentais – SIAG sua proposta de preços.

3.2.2. Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3. Até a data e horário previstos no **preâmbulo** os interessados poderão se cadastrar, credenciar, preencher sua proposta de preços e/ou substituir propostas comerciais no sistema eletrônico, após esse prazo as propostas não poderão ser alteradas ou retiradas pelos participantes.

3.4 O credenciado pela empresa deverá dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, no site: www.gestao.mt.gov.br.

3.5 Para ter acesso ao sistema eletrônico SIAG, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao site www.gestao.mt.gov.br, após clicar no link “Superintendência de Aquisições Governamentais”, clicar “Fornecedores Acesse ao Sistema”, clicar na aba “Fornecedor” após clicar no link “cadastro”. **Em caso de dúvidas ligar para o “Help Desk” – Fone: (65) 3613-3606.**

3.6 A participação de licitantes em pregões eletrônicos estará vinculada à análise e aprovação do cadastro, tendo como requisito a validade de todas as certidões exigidas para o cadastramento.

3.7 A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, administrados pela Superintendência de Aquisições Governamentais, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do Cadastro Geral de Fornecedores/MT, devidamente justificado e nas hipóteses previstas no **Decreto n. 7.218/2006**.

3.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculado ao órgão promotor da licitação, bem como a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

3.9 A participação no certame se dará por meio do sistema eletrônico no site www.gestao.mt.gov.br, no link "Portal de Aquisições no menu Fornecedores – "Área do Licitante", mediante digitação de login e senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente inclusão de sua proposta de preços e demais documentos solicitados na proposta de preços e na habilitação, **até 30 (trinta) minutos** antes do horário estabelecido para o início da sessão. Em caso de dúvidas acesse o site www.gestao.mt.gov.br e no menu "Aquisições" clique em download de manuais – acessar manual Pregão Eletrônico.

3.10 No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos seus lances. Retornando a conexão do pregoeiro ao sistema, todos os atos praticados pelos licitantes junto ao sistema, serão considerados válidos.

3.11 Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A Sessão deste Pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital na data, horário e local indicado no Preâmbulo.

4.2 Poderão participar neste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam as exigências do edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos.

4.3 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

I - que se encontrem sob falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

II - estrangeiras que não funcionem no País;

III - empresas que tenham sido declaradas inidôneas, por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, de qualquer esfera governamental, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o órgão ou entidade promotora da licitação;

IV - que tenham servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor, bem como, à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

V - que estejam **reunidas em consórcio** e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.4 A participação no LOTE expressamente reservado a microempresas (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP), por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.5 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação**, todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ constante na proposta de preços, salvo os permitidos por lei.

4.6 Os licitantes se responsabilizam pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, assumindo todos os ônus pela preparação da proposta assim como da habilitação, não cabendo quaisquer tipos de ressarcimentos, independentemente do resultado do certame.

4.7. Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/06, na redação dada pela Lei Complementar 147/14, fica reservada uma cota do objeto, referente a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8. Para a participação do(s) lote(s) da Cota Principal, os licitantes enquadrados na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, que pretenderem utilizar as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão assinalar em campo próprio do Sistema, no momento do credenciamento, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei mencionada.

4.8.1. A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte na Cota Principal do processo licitatório, porém terá seus direitos preclusos com relação ao exercício das referidas prerrogativas.

4.9. Para a participação do(s) lote(s) de Cota Reservada, a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP **deverá** assinalar, em campo próprio do Sistema, no momento do credenciamento, a condição para o exercício do benefício à referida cota.

4.9.1 A participação das microempresas, empresas de pequeno porte obedecerá às normas dispostas nos arts. 42, 43 *caput*, 44, §2º e 45, § 3º da Lei Complementar 123/06, art. 3º, §1º ao §3º do Decreto Estadual 7.466/2011 e art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/06, e que cumpram as exigências do Edital e seus Anexos, no ato da abertura da sessão.

4.10 A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

4.11 A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

5. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital ou impugnação deverá ser encaminhado por escrito, mediante endereço eletrônico (licitacao1@sema.mt.gov.br), por fax (0xx65) 3613-7309, ou ainda protocolado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

5.1.1 As petições devem ser redigidas de maneira clara, objetiva e devidamente instruídas (**assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato**).

5.2 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer **até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão**, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

5.3 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

5.4 Na ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

5.5 Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 6 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1 As pessoas jurídicas ou empresas individuais interessadas em participar do certame, deverão preencher eletronicamente o "Termo de Credenciamento" informando o nome do credenciado, atribuindo-lhe poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico.

6.1.1 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir nesta licitação do tratamento diferenciado e favorecido, concedido pela Lei Complementar nº 123/06 - em especial quanto ao seu artigo 3º, deverá declarar, no ato do seu credenciamento, em campo próprio do sistema eletrônico, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar. A não identificação no sistema acarretará preclusão consumativa de exercer o seu direito.

6.2 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu credenciado, não cabendo a SEGES a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.3 A solicitação de credenciamento de responsável para representar os interesses da empresa licitante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.4 É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens distintos.

6.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.6 Dúvidas e informações pertinentes ao cadastramento poderão ser esclarecidas pelo telefone (65) 3613-3616, dúvidas pertinentes a: login, senhas e lançamentos de propostas devem ser reportados ao suporte do SIAG pelo fone (65)3613-3606.

6.7 A empresa deverá anexar e encaminhar via sistema eletrônico, no ato de credenciamento, uma Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público (**Anexo IV**).

7. DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

7.1 Para o(s) lote(s) da Cota Principal e/ou da Cota reservada, a microempresa e empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá optar, no sistema, ser: <Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte>, antes do envio da proposta; e no momento da **Habilitação** deverá comprovar tal situação apresentando todos os documentos solicitados no **Item 10** deste edital, bem como aqueles previstos na legislação vigente.

7.1.1. A falta dessa opção no sistema, antes de envio da proposta, conforme estabelecido no item 7.1., acarretará em preclusão dos benefícios da Lei Complementar 123/06.

7.1.1.1. Para participação do lote de cota reservada é obrigatório a escolha no sistema da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.1.2. Será Inabilitada a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que optar por participar como tal e não apresentar os documentos mencionados conforme **item 7.1.**

7.2. Nos termos do artigo 43 da LC 123/2006, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, conforme subitem **10.4.2.** deste Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal:

7.2.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá encaminhar junto aos documentos de **Habilitação**, declaração conforme **Modelo – ANEXO III – do Edital**.

7.2.1.2. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

7.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 7.2.1.2, implicará na preclusão do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

7.4 Após a fase de lances se configurará “empate ficto” quando houver proposta de microempresa, empresa de pequeno porte que seja igual ou **até 5% (cinco por cento) superior** à menor proposta de uma empresa comum.

7.5 A microempresa, empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.

7.6 O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6.1 Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no **item 7.5**, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.7 Na hipótese de o licitante não apresentar proposta nos termos previstos no **item 7.6**, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

7.8 DA COTA RESERVADA PARA ME E EPP

7.8.1. Não havendo vencedor para a cota reservada, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, ao licitante remanescente, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado.

7.8.2. Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa

7.8.3. Não se aplica o disposto nos itens 7.4 e 7.5 a cota reservada as microempresas e empresas de pequeno porte.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1 Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá PREENCHER sua proposta de preços no sistema com a descrição do objeto ofertado e o preço, apresentando o valor global até a data e hora, descritos no preâmbulo deste Edital, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.1.1 Após salvar a Proposta Eletrônica de Preços, o Licitante **deverá** clicar em **"ANEXO DA PROPOSTA"** para fins de anexar e enviar a PROPOSTA DE PREÇO DE FORMA ESCRITA, conforme o Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), **redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.**

8.2 Na Proposta serão consignados, sob pena de desclassificação:

- a) Identificação da proponente, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), números de telefone, fax, e-mail, Banco, Agência, Conta Corrente, CNPJ e Inscrição Estadual ou Municipal e menção do número do Edital, nome do Órgão e número para o Lote;
- b) Todas as despesas com transportes, instalação, impostos, taxas ou quaisquer outros encargos, inclusive carga e descarga dos materiais/serviços;
- c) Valor total do lote também deverá estar expreso por extenso;
- d) Conter uma única cotação, com preço unitário e total em moeda corrente nacional, sendo o total expreso em algarismos e, também, por extenso, sem previsão inflacionária;
- e) Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último;
- f) Especificação com detalhamento claro e preciso para cada item, indicando todos os elementos que identifiquem perfeitamente o PRODUTO; **inclusive sua marca e modelo;**
- g) Prazo mínimo de validade da proposta 90 (noventa) dias, a contar da data da realização do certame, podendo ser prorrogado por igual período;
- h) Oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado;
- i) Catálogo/folders/portfólio descritivo do produto licitado, o qual deverá conter no mínimo as especificações constantes nos Anexos deste Edital, com apresentação nítida e legível.

i.1) Somente será considerado válido o catálogo/folders/portfólio, desde que este possibilite a averiguação completa da descrição do objeto e conste a origem do *site* oficial do fabricante e que informe a "FONTE" (endereço completo <http://www.fabricantex.com/produtox>) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto.

i.2) Ficam vedadas quaisquer transformações, montagens ou adaptações na especificação original do catálogo/folders/portfólio ofertado. No caso de catálogo/folders/portfólio com diversos modelos, o proponente deverá identificar qual a marca/modelo em que estará concorrendo na licitação.

i.3) Quando o catálogo/folders/portfólio for omissivo na descrição de algum item de composição, será aceita Declaração Complementar do Fabricante ou Distribuidor, descrevendo a especificação faltante no prospecto. Contendo, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega do produto na forma ora declarada, sob pena de desclassificação da proposta escrita. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o do objeto ofertado, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Edital, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

8.3 A Empresa proponente deverá apresentar proposta da totalidade do Lote.

8.4 Para efeito de julgamento das propostas, nenhuma oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus anexos serão considerados.

8.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.6 A Pregoeira poderá, no interesse da SEMA/MT, relevar excesso de formalismo nas propostas apresentadas pelos licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação.

8.7 Até a data e hora estipulada no preâmbulo deste Edital, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.8 O licitante responsabilizar-se-á inteiramente por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes as propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

8.9 O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.10 A microempresa, empresa de pequeno porte que quiser usufruir dos benefícios concedidos pela LC 123/2006 deverá escolher essa opção no sistema, antes do envio da proposta.

8.11 As licitantes convocadas pelo Sr(a) Pregoeiro(a) deverão enviar a Proposta de Preços atualizada e os documentos em original ou cópia autenticada.

8.12 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.13 Todas as declarações exigidas na proposta de preços deverão estar devidamente assinadas pelo responsável legal da empresa, sob pena de desclassificação do certame.

8.14 O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

9.2 A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preço recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas, sendo acolhidas àquelas propostas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, desde que atendam ao edital, conforme disposição do art. 31, IV, do Decreto Estadual nº 7.217/2006 represtinado pelo Decreto nº 254/2015 em consonância com o art. 4º, VIII da Lei nº 10.520/2002.

9.2.1 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro acolherá as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances.

9.3 Classificadas as propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas poderão oferecer lances, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, **MAS SEMPRE INFERIOR A OFERTA INICIAL DO LICITANTE.**

9.4 Os lances deverão ser apresentados em valores sucessivos e decrescentes para o lote, considerando-se o **VALOR UNITÁRIO DO LOTE**, gerado pelo SIAG no momento do cadastramento da proposta inicial.

9.4.1. O valor unitário do lote a que se refere o subitem acima é o somatório dos valores unitários dos itens de cada lote.

9.4.2. Não serão aceitas cotações com valores unitários com mais de duas casas decimais. Caso ocorra o valor deverá ser arredondado para menor.

9.5 A cada lance ofertado, o participante conectado será imediatamente informado de seu recebimento com seu respectivo horário de registro e valor. O lance vencedor será identificado pela cor verde.

9.6 Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do valor ofertado.

9.7 Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerá como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.7.1. Em caso de não haver lances prevalecerá o descrito no item anterior.

9.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

9.9 Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.10 O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.

9.11. Por iniciativa do (a) Pregoeiro (a), o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início do tempo aleatório (randômico) que ficará caracterizado no sistema pela palavra **DOU-LHE 1, DOU-LHE 2, DOU-LHE 3 e logo em seguida a mensagem "início do tempo randômico"**, findado este tempo, estará automaticamente encerrada a recepção de lances. O tempo randômico vai de 0 (zero) até 30 (trinta) minutos, nesta fase o sistema poderá encerrar a disputa a qualquer momento desse intervalo, sem a possibilidade de intervenção do Pregoeiro (a) respeitando o limite máximo.

9.12 No caso do item anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contra-proposta diretamente ao Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

9.13 Em face da impossibilidade de determinação da finalização do tempo aleatório/randômico recomendam-se aos licitantes estabelecer o valor mínimo de lance antes de seu acionamento, evitando assim frustração por falta de tempo hábil para calculá-lo e apresentá-lo durante o tempo aleatório.

9.14 O sistema informará a proposta de menor valor imediatamente após o encerramento da etapa de lances, devendo os licitantes consultarem regularmente o sistema eletrônico para verificar o resultado da licitação.

9.15 Para o(s) lote(s) da Cota Principal, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o sistema verificará e classificará a licitante que se enquadrar como

microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do **art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.**

9.16 No caso do item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

9.17 No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos sem prejuízo dos atos realizados.

9.18 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, o pregão será suspenso e terá reinício somente após COMUNICADO expresso aos participantes por meio do Sistema de Aquisições Governamentais no mesmo local de disponibilização do Edital. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

9.18.1. Ocorrendo à situação a que se refere o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá caso entenda necessário realizar COMUNICADO por meio de Aviso no Diário Oficial do Estado – DOE/MT.

9.19 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.20 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada no sistema eletrônico.

9.21 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências editalícias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.21.1 Na situação a que se refere este subitem, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.22 A adjudicação do objeto da licitação será realizada quando houver ocorrido o atendimento das exigências fixadas no edital.

9.23 A proposta **realinhada**, devidamente assinada, e a documentação relativa à exigência habilitatória deverão ser encaminhadas/postadas ao Pregoeiro **em prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas**, contado a partir da finalização da sessão.

9.24 A proposta realinhada e a documentação ficarão à disposição de interessados na licitação, para que no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados da publicação do resultado, promovam solicitação de providência que o caso requerer.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Os licitantes deverão **anexar e enviar**, em campo próprio, via sistema eletrônico, sob pena de inabilitação, os documentos de habilitação abaixo relacionados, observando-se que deverão ser encaminhados os originais, ou cópias autenticadas, ou em publicação da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro, no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas** do encerramento da sessão.

10.2. Os documentos de habilitação que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

10.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade ou documento equivalente (com foto), do representante legal;
- b) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- c) Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada devidamente registrado e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica CNPJ, podendo ser retiradas no site: www.receita.fazenda.gov.br;
- b) Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e Previdenciária, a mesma poderá ser retirada no site: www.receita.fazenda.gov.br;

c) Certidão Negativa de Débito Fiscal Estadual (CND) específica para participar de licitações, onde a mesma poderá ser retirada no site: www.sefaz.mt.gov.br, para empresas sediadas no Estado de Mato Grosso, e para as empresas sediadas em outras Unidades da Federação trazer a certidão do respectivo domicílio tributário;

d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

d.1) Poderão ser apresentadas as respectivas Certidões descritas nas alíneas c" e "d", de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante, sendo que será necessária a comprovação da possibilidade legal de emissão conjunta, anexando cópia da legislação vigente.

e) Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário;

f) Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, podendo ser retirada no site: www.caixa.gov.br;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pela Justiça do Trabalho, provando a inexistência de débitos inadimplidos, nos termos da Lei n. 12.440/2011, que alterou o Decreto-Lei n. 5.452/43 (Consolidação das Leis do Trabalho) e a Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao;

10.2.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

Observação: Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) As demonstrações contábeis a serem apresentadas são as Demonstrações de Resultado de Exercício e a Demonstração de Lucros e Prejuízos, sendo para as:

a.1.1) **Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76** (sociedade anônima):

a.1.1.1) Publicados em Diário Oficial;

a.1.1.2) Publicados em jornal de grande circulação; ou

a.1.1.3) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.1.2) Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

a.1.2.1) Acompanhados por fotocópia dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou,

a.1.2.2) Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

a.1.3) Sociedade criada no exercício em curso ou com menos de um ano de abertura:

a.1.3.1) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio dos licitantes;

a.1.3.2) O balanço patrimonial, as demonstrações e o balanço de abertura deverão estar assinados pelos administradores das empresas constante do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e por Contador legalmente habilitado.

a.1.4) Os tipos societários obrigados e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital – ECD, consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado por meio da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC, apresentarão documentos extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou por meio do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante, na seguinte forma:

I – Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II – Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III – Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV – Requerimento de Autenticação de Livro Digital.

V – Termo de Autenticação da Junta Comercial.

b) Certidão negativa de Falência e Recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.2.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove (m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação.

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório, **caso não seja reconhecida a firma em cartório, o pregoeiro reserva-se o direito de efetuar diligência para verificar autenticidade do documento, e só depois exarar a decisão quanto a habilitação ou inabilitação**

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

10.2.5 DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo - **Anexo II**).

b) Declaração da própria empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão (conforme modelo - **Anexo II**);

c) Declaração de inexistência do fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do art. 32, § 1º da Lei nº 8.666/93. (conforme modelo - **Anexo II**);

d) Declaração da empresa, firmada por seu representante ou procurador devidamente constituído, afirmando que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos no edital do **Pregão Eletrônico nº 000/2016 (conforme modelo anexo III)**.

d1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, a supracitada declaração; **(conforme modelo anexo III)**.

10.2.5.1 Documentação Complementar, exclusivo para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, beneficiária pela LC 123/2006:

a) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006. **(conforme modelo anexo III)**;

- b) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte emitida pela Junta Comercial;
- c) Quando **optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal e **Declaração de imposto de renda**;
- d) Quando **não optante** pelo SIMPLES NACIONAL a Licitante deverá apresentar Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício - DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da LC 123/2006.

10.3 Os licitantes inscritos no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Mato Grosso poderão apresentar o respectivo Certificado de Inscrição e a Certidão de Índices de qualificação econômico-financeira, em plena validade e devidamente atualizados, em substituição aos documentos relativos à habilitação jurídica (Item 10.2.1), regularidade fiscal e trabalhista (Item 10.2.2) e qualificação econômico-financeira (Item 10.2.3)

10.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante.

10.5 Os documentos de **HABILITAÇÃO** apresentados sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, **terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua emissão.

10.5.1. Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

10.6 Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

10.7 Poderá o Pregoeiro declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

10.8 Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006 e do Decreto Estadual nº 635/2007.

10.9 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por lote, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

10.10 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

11. DOS RECURSOS

11.1. O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, expondo os motivos em **campo próprio do Sistema Eletrônico, no Prazo de 30 (trinta) minutos**, contados da declaração de vencedor. Após a manifestação no sistema, será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso**, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.1.1 As petições deverão ser encaminhadas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social, nº do processo, nº do pregão e telefone para contato).

11.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

11.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.4 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação.

11.6 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Coordenadoria de Aquisições e Contratos da SEMA/MT.

11.7 Não serão aceitos recursos interpostos por meio de fac-símile e similares ou cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo ou por pessoa inabilitada para representar a empresa recorrente.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo Pregoeiro(a), exceto se:

- I – houver recurso;
- II – houver apenas uma proposta válida por item ou lote;
- III – o valor final ofertado ficar acima do valor estimado pela Administração.

12.2 Em havendo recurso, a autoridade competente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, realizará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, homologando o processo licitatório.

12.3. Nas hipóteses dos incisos II e III do item 12.1, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para a adjudicação e homologação do procedimento licitatório.

12.4. Não havendo interposição de recurso, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para a homologação do procedimento licitatório.

12.5 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

12.6 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.6.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Gestão, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

13. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

13.1 Homologado licitação pela Autoridade Competente será emitida ordem de fornecimento à empresa adjudicatária, contendo as seguintes informações:

13.2. A ordem de fornecimento em questão substitui o contrato, aplicando-se a relação de negócios nela estabelecidos, no que couberem, as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8666/93;

13.3 A entrega dos produtos ocorrerá em até **90 (noventa) dias corridos**, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, na Gerência de Patrimônio, acompanhado pela Superintendência de Fiscalização - SUF juntamente com o Setor de Tecnologia da Informação - TI da SEMA/MT.

13.4 Após a entrega, a Gerência de Patrimônio e a Superintendência de Fiscalização, na pessoa de seu fiscal, darão conformidade ou solicitarão as substituições necessárias imediatamente. Caso a conformidade não puder ocorrer dentro deste prazo, as unidades deverão comunicar formalmente ao fornecedor a prorrogação do prazo estabelecido.

13.5 Obrigações da SEMA:

13.5.1 Emitir Ordem de fornecimento, estabelecendo quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

13.5.2 Receber o produto adjudicado, nos termos, prazos, qualidade e condições estabelecidas no Edital e seu (s) anexo (s);

13.5.3 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis para que a ADJUDICATÁRIA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de funcionários, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

13.5.4 Emitir termo de recebimento provisório, no ato do recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação técnica. Assim, a unidade solicitante terá **30 (trinta) dias** para sua análise e, em aceitando o material/serviço, emitirá o recebimento definitivo do objeto.

13.5.5 Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela ADJUDICATÁRIA;

13.5.6 Comunicar à ADJUDICATÁRIA sobre possíveis irregularidades observadas no objeto fornecido, para imediata substituição;

13.5.7 Exercer a fiscalização do fornecimento do objeto, por servidores designados;

13.5.8 Notificar a ADJUDICATÁRIA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

13.5.9 Atestar as fatura, comprovando a realização dos serviços solicitados;

13.5.10 Efetuar os pagamentos devidos, no prazo estipulado em edital, através de crédito em conta corrente mantida pela ADJUDICATÁRIA, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo atesto, comprovando que o fornecimento foi realizado a contento;

13.5.11 Não serão aceitos produtos divergentes quanto à marca, ao modelo e às especificações informadas na proposta de preços da empresa vencedora.

13.6 Da Adjudicatária:

13.6.1 Efetuar a entrega dos equipamentos, de acordo com a legislação vigente, e as especificações constantes no **anexo I** deste edital, dentro do prazo **de 90 (noventa) dias** após o recebimento da **Ordem de Fornecimento**;

13.6.2 Providenciar a substituição, **no prazo de 30 dias corridos**, dos equipamentos que apresentarem defeito estando em garantia, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação vigente, bem como substituir os equipamentos que apresentarem defeito mais de uma vez durante o período de garantia;

13.6.3 Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE;

13.6.4 Será responsável pelo fornecimento dos bens dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na lei 8.078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor a SEMA/MT;

13.6.5 Efetuar o transporte dos insumos desde o local da embalagem até a sua entrega.

13.6.6 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da Licitação.

13.6.7 Manter, durante toda a entrega dos itens/lotes as mesmas condições de habilitação exigidas durante a licitação.

13.6.8 Efetuar toda e qualquer correção imediata para a eficaz entrega dos materiais, objeto da licitação, sem qualquer ônus para a adquirente.

13.6.9 Atender todas as obrigações constantes na lei 8.666/93 e Dec. Est. 7.217 e alterações Decreto Estadual n.º 218 de 14/03/06.

13.6.10 Aplica-se ainda a adjudicatária, por ocasião do fornecimento de serviço as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

13.7 Pela inexecução total ou parcial do avençado por meio da ordem de fornecimento, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a

CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA/ADJUDICATÁRIA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Eletrônico, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado após o atesto pelo fiscal e pela Gerência de Patrimônio comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com este edital, para efetivação do pagamento, o qual deverá obedecer aos termos do artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006.

14.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA / ADJUDICATÁRIA na data fixada de acordo com o artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006.

14.3 A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue, dados da ordem de serviço, dados do **Convênio: Projeto Mato Grosso Sustentável/Fundo Amazônia/BNDES, Nº Contrato de Concessão: 13.2.1265.1;**

14.3.1 Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

14.4 Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

14.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

14.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Patrimônio, entre 13h30min às 16h00min horas, de segunda a sexta-feira,** para serem devidamente atestadas pelo fiscal.

14.8 O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

14.9 A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas ao Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site www.sefaz.mt.gov.br/nfe.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

15.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a adjudicatária a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

15.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

15.1.2 Quanto ao atraso na retirada da **ordem de fornecimento**, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

15.1.3. Se a licitante/adjudicatária **recusar-se a retirar a nota de empenho, receber a Ordem de fornecimento**, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) **Multa** de até 10% sobre o valor adjudicado;
- b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a adjudicatária ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à adjudicatária multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

15.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

15.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

15.3.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

15.3.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

15.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

15.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

15.3.6 Prestação de serviço de baixa qualidade;

15.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no item **15.1.3**.

15.5 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato/**ordem de fornecimento**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

15.6 A multa, eventualmente imposta à adjudicatária, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a adjudicatária não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

15.7 As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

15.8 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO, por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101

Programa: 393

Projeto/Atividade: 4319

Região: 9900

Medida: 5

Tarefa: 1

Natureza da despesa: 449052

Fonte: 161

UG: 02

16.2 As despesas decorrentes do objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência destinada a esclarecer ou complementar** a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.2 A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

17.2.1 A anulação do procedimento induz a do contrato/da ordem de **fornecimento**.

17.2.2 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato/ ordem de **fornecimento**.

17.3 A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

17.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no **item 15.1.1** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

17.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

17.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.10 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato/**ordem de fornecimento**.

17.11 O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

17.12 Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, ou ainda por meio do endereço eletrônico **licitacao1@sema.mt.gov.br**, endereçado a Comissão de Licitação da SEMA, **até 03 (três) dias úteis** antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

17.12.1 Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT (http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=803&Itemid=718) e no site da SEGES (<https://aquisicoes.sad.mt.gov.br/sgc/faces/pub/sgc/central/EditalPageList.jsp>), sendo

de responsabilidade do licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

17.13 A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

17.14 Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

17.15 Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato/ordem de fornecimento.

17.16 São partes integrantes deste Edital:

a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.

b) Anexo II – Modelo da Declaração de:

- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

- Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.

- Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

c) Anexo III - Declaração de ME, EPP.

d) Anexo IV - Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.

e) Anexo V - Termos de Referência nº. 17/2016 elaborado pelo setor demandante.

f) Anexo VI – Ordem de Fornecimento.

Cuiabá, 05 de setembro de 2016.

Valdinei Valério da Silva
Ordenador de despesas
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
SEMA/MT



ANEXO I

FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA

Pregão nº 000/2016 DIA ____/____/____ ÀS ____:____ HORAS.

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____

Endereço: _____

Fone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Agência: _____ Conta Corrente: _____ Banco: _____

LOTE 01

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO WORKSTATION. DISCO RÍGIDO (HD) COM MÍNIMO DE 1 TB. PROCESSADOR COM NÚCLEO QUÁDRUPLO COM NO MÍNIMO 8 MB DE CACHE. MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 16 GB E MÍNIMO DDR 3. PLACA DE VÍDEO DEDICADA DE NO MÍNIMO 1GB. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO. MONITOR: MONITOR DE LED COM REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO. TELA DE 19 POLEGADAS OU SUPERIOR. UNIDADE ÓPTICA: LEITOR E GRAVADOR DE CD/DVD. TECLADO: TECLADO COM IDIOMA PADRÃO PORTUGUÊS COM CONEXÃO USB. MOUSE: MOUSE ÓPTICO OU LASER COM CONEXÃO USB. SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 7 PROFISSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR. ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (110V / 220V) CADA EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA – CD/DVD DE INSTALAÇÃO: TODOS OS COMPUTADORES DEVEM CONTER TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO, BEM COMO TODOS OS CD'S/DVD'S DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE INCLUSOS. GARANTIA: MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. CONTADO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: EM TERRITÓRIO NACIONAL. NÃO SERÁ ACEITO PEÇAS OU ACESSÓRIOS RECONDICIONADOS.</p>	15		
TOTAL				



LOTE 01 EXCLUSIVO PARA ME/EPP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO WORKSTATION. DISCO RÍGIDO (HD) COM MÍNIMO DE 1 TB. PROCESSADOR COM NÚCLEO QUÁDRUPLO COM NO MÍNIMO 8 MB DE CACHE. MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 16 GB E MÍNIMO DDR 3. PLACA DE VÍDEO DEDICADA DE NO MÍNIMO 1GB. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO. MONITOR: MONITOR DE LED COM REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO. TELA DE 19 POLEGADAS OU SUPERIOR. UNIDADE ÓPTICA: LEITOR E GRAVADOR DE CD/DVD. TECLADO: TECLADO COM IDIOMA PADRÃO PORTUGUÊS COM CONEXÃO USB. MOUSE: MOUSE ÓPTICO OU LASER COM CONEXÃO USB. SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 7 PROFISSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR. ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (110V / 220V) CADA EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA – CD/DVD DE INSTALAÇÃO: TODOS OS COMPUTADORES DEVEM CONTER TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO, BEM COMO TODOS OS CD'S/DVD'S DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE INCLUSOS. GARANTIA: MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. CONTADO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: EM TERRITÓRIO NACIONAL. NÃO SERÁ ACEITO PEÇAS OU ACESSÓRIOS RECONDICIONADOS.	5		
TOTAL				

LOTE 02

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	NOTEBOOK SEMI-ROBUSTO DE ALTA RESISTÊNCIA. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO. 1. ESPECIFICAÇÕES: 1.1 – CERTIFICAÇÃO MIL-STD-810G; 1.2 – TELA: MÍNIMO DE 10 POLEGADAS E MÁXIMO DE 14 POLEGADAS; 1.3 – SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 7 PROFISSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR; 1.4 – PROCESSADOR: INTEL CORE I5 OU SUPERIOR; 1.5 – ARMAZENAMENTO E MEMÓRIA: (DDR3 OU SUPERIOR) MÍNIMO DE 8GB; 1.6 – DISCO RÍGIDO MÍNIMO 320 GB 1.7 – PESO: MÁXIMO DE 3 KG. 2.	21		



	FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 2.1 – BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO; 2.2 – ADAPTADOR DE CA: FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA 100V-240V. 3. EQUIPAMENTOS/ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O PRODUTO: 3.1 – 1 (UMA) MALETA PARA TRANSPORTE COMPATÍVEL AO NOTEBOOK; 3.2 – 1 (UM) CARREGADOR VEICULAR COMPATÍVEL AO NOTEBOOK; 3.3 – CADA EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO. 4 – MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA – CD/DVD DE INSTALAÇÃO: TODOS OS NOTEBOOKS DEVEM CONTER, TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO, BEM COMO TODOS OS CD'S/DVD'S DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE INCLUSOS. 5 – GARANTIA: MÍNIMA DE 01 (UM) ANO PARA O NOTEBOOK E BATERIA. CONTADO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS. 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA: EM TERRITÓRIO NACIONAL. 7 – NÃO SERÃO ACEITO PEÇAS OU ACESSÓRIOS RECONDICIONADOS.			
TOTAL				

LOTE 02 EXCLUSIVO PARA ME/EPP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	NOTEBOOK SEMI-ROBUSTO DE ALTA RESISTÊNCIA. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO. 1. ESPECIFICAÇÕES: 1.1 – CERTIFICAÇÃO MIL-STD-810G; 1.2 – TELA: MÍNIMO DE 10 POLEGADAS E MÁXIMO DE 14 POLEGADAS; 1.3 – SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 7 PROFISSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR; 1.4 – PROCESSADOR: INTEL CORE I5 OU SUPERIOR; 1.5 – ARMAZENAMENTO E MEMÓRIA: (DDR3 OU SUPERIOR) MÍNIMO DE 8GB; 1.6 – DISCO RÍGIDO MÍNIMO 320 GB 1.7 – PESO: MÁXIMO DE 3 KG. 2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO: 2.1 – BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO; 2.2 – ADAPTADOR DE CA: FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA 100V-240V. 3. EQUIPAMENTOS/ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O PRODUTO: 3.1 – 1 (UMA) MALETA PARA TRANSPORTE COMPATÍVEL AO NOTEBOOK; 3.2 – 1 (UM) CARREGADOR VEICULAR COMPATÍVEL AO NOTEBOOK; 3.3 – CADA EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PERFEITO	7		

	<p>FUNCIONAMENTO. 4 – MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA – CD/DVD DE INSTALAÇÃO: TODOS OS NOTEBOOKS DEVEM CONTER, TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO, BEM COMO TODOS OS CD'S/DVD'S DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE INCLUSOS. 5 – GARANTIA: MÍNIMA DE 01 (UM) ANO PARA O NOTEBOOK E BATERIA. CONTADO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS. 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA: EM TERRITÓRIO NACIONAL. 7 – NÃO SERÃO ACEITO PEÇAS OU ACESSÓRIOS RECONDICIONADOS.</p>			
TOTAL				

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DOS OBJETOS:

LOTE 01 ITEM 01

ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO WORKSTATION. DISCO RÍGIDO (HD) COM MÍNIMO DE 1 TB. PROCESSADOR COM NÚCLEO QUÁDRUPLO COM NO MÍNIMO 8 MB DE CACHE. MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 16 GB E MÍNIMO DDR 3. PLACA DE VÍDEO DEDICADA DE NO MÍNIMO 1GB. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO.

MONITOR: MONITOR DE LED COM REGULAGEM DE ALTURA E INCLINAÇÃO. TELA DE 19 POLEGADAS OU SUPERIOR.

UNIDADE ÓPTICA: LEITOR E GRAVADOR DE CD/DVD.

TECLADO: TECLADO COM IDIOMA PADRÃO PORTUGUÊS COM CONECÇÃO USB.

MOUSE: MOUSE ÓPTICO OU LASER COM CONECÇÃO USB.

SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 7 PROFESSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR.

ALIMENTAÇÃO: BIVOLT (110V / 220V)

CADA EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER TODOS OS CABOS E ASSESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO

MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA – CD/DVD DE INSTALAÇÃO: TODOS OS COMPUTADORES DEVEM CONTER TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO, BEM COMO TODOS OS CD'S/DVD'S DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE INCLUSOS.

GARANTIA:
MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. CONTADO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:
ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIO NACIONAL.

NÃO SERÁ ACEITO PEÇAS OU ACESSÓRIOS RECONDICIONADOS.

LOTE 02

ITEM 02

NOTEBOOK SEMI-ROBUSTO DE ALTA RESISTÊNCIA. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO.

1. ESPECIFICAÇÕES:

- 1.1 - CERTIFICAÇÃO MIL-STD-810G;
- 1.2 - TELA: MÍNIMO DE 10 POLEGADAS E MÁXIMO DE 14 POLEGADAS;
- 1.3 - SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 7 PROFESSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR;
- 1.4 - PROCESSADOR: INTEL CORE I5 OU SUPERIOR;
- 1.5 - ARMAZENAMENTO E MEMÓRIA: (DDR3 OU SUPERIOR) MÍNIMO DE 8GB;
- 1.6 - DISCO RÍGIDO MÍNIMO 320 GB
- 1.7 - PESO: MÁXIMO DE 3 KG.

2. FONTE DE ALIMENTAÇÃO:

- 2.1 - BATERIA DE ÍONS DE LÍTIO DE LONGA DURAÇÃO;
- 2.2 - ADAPTADOR DE CA: FONTE DE ALIMENTAÇÃO CA 100V-240V.

3. EQUIPAMENTOS/ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O PRODUTO:

- 3.1 - 1 (UMA) MALETA PARA TRANSPORTE COMPATÍVEL AO NOTEBOOK;
- 3.2 - 1 (UM) CARREGADOR VEÍCULAR COMPATÍVEL AO NOTEBOOK;
- 3.3 - CADA EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER TODOS OS CABOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O SEU PERFEITO FUNCIONAMENTO.

4. MANUAIS DE FUNCIONAMENTO/USUÁRIO E GARANTIA - CD/DVD DE INSTALAÇÃO:

TODOS OS NOTEBOOKS DEVEM CONTER, TODOS OS MANUAIS DE GARANTIA E FUNCIONAMENTO, BEM COMO TODOS OS CD'S/DVD'S DE INSTALAÇÃO NECESSÁRIOS PARA FUNCIONAMENTO DE HARDWARE E SOFTWARE INCLUSOS.

5. GARANTIA:

MÍNIMA DE 01 (UM) ANO PARA O NOTEBOOK E BATERIA. CONTADO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TERRITÓRIO NACIONAL.

7. NÃO SERÃO ACEITO PEÇAS OU ACESSÓRIOS RECONDICIONADOS

Validade da Proposta: _____

Local e Data: _____

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____, nº ____, bairro, _____, CEP _____ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2016/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



ANEXO III

Modelo da Declaração para ME e EPP (Empregador Pessoa Jurídica)

(Papel timbrado da empresa)

Ref.: Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº -----
-----, sediada na Rua -----, nº -----, bairro, ----
-----, CEP----- Município -----, por seu
representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão
Nº. 000/2016 – SEMA/MT, DECLARA, sob as penas da lei, que:

a) não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei
Complementar 123/2006.

b) que atende plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Nº
000/2016/SEMA/MT, sob pena das sanções cabíveis.

Obs.: No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que,
nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na
documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser
mencionada, como ressalva, nesta declaração.

Local e Data

(Identificação e assinatura do Representante Legal)



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À
A/C

Assunto: Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para
Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a
empresa_____ não foi declarada inidônea para
licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87
da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento
superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual
situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade
econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93
alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa) por representante
legal do proponente.

ANEXO V**1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 17 / 2016****2. Dados do Projeto / Convênio ou Instrumento Equivalente:**

- 2.1 Nome do Projeto: Mato Grosso Sustentável / Fundo Amazônia..
2.2 Número do Convênio ou Instrumento Equivalente: 13.2.1265.1
2.3 Meta / Etapa: Aquisição de Equipamentos de informática
2.4 Componente / Ação: Fortalecimento das Atividades de Licenciamento e da Fiscalização Ambiental / Aprimoramento da Fiscalização Ambiental / Informatização do Procedimento de Fiscalização Ambiental.
2.5 SICONV: (X) NÃO () SIM

3. Informações Orçamentárias:

- 3.1 Programa: 393
3.2 Função: 18 – Gestão Ambiental
3.3 Unidade Orçamentária: 27101
3.4 Subfunção: 542 - Controle Ambiental
3.5 Medida: 05
3.6 Tarefa: 01

4. Unidade demandante:

Superintendência de Fiscalização.

5. Fiscal do Contrato:

- 5.1 Fiscal Titular: Fernando Luiz Mews
5.2 Fiscal Substituto: Leonardo Ito Isaia

6. Informações financeiras:

Projeto/Atividade/Ação	Fonte	Região	Classificação da Despesa	Valor (R\$)
4319	161	9900	4490.5200	
4319	161	9900	4490.5200	
Custo Estimado para 2016				
Custo Estimado Total				

6.1 Origem do recurso:

- () Não se aplica.
(X) Recurso de Repasse
() Recurso de Contrapartida
() Recurso de Rendimento de Aplicação

7. Objeto Sintético:

Aquisição de 20 (vinte) Estações de trabalho (computadores) tipo workstation e a aquisição de 28 (vinte e oito) notebooks semi-robustos, para serem utilizados pela Superintendência de Fiscalização da SEMA/MT.

7.1. Especificação detalhada do objeto:

- () Não se aplica.
(X) Os equipamentos deverão apresentar as especificações técnicas descritas no Anexo I.

8. Planilha Descritiva do Objeto:

- 8.1 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIAG	QTDD SERV.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTDD MESES	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL								

8.2 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de MATERIAIS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	CODIGO SIAG	QTDD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO WORKSTATION. DISCO RÍGIDO (HD) COM MÍNIMO DE 1 TB. PROCESSADOR COM NÚCLEO QUÁDRUPLO COM NO MÍNIMO 8 MB DE CACHE. MEMÓRIA RAM MÍNIMA DE 16 GB E MÍNIMO DDR 3. PLACA DE VÍDEO DEDICADA DE NO MÍNIMO 1GB. UNIDADE ÓPTICA. WINDOWS 7 PROFESSIONAL DE 64 BIT EM PORTUGUÊS (BR) OU SUPERIOR. MONITOR. MOUSE. TECLADO. EQUIPAMENTO NOVO. FRETE INCLUSO.	UNIDADE	CADASTRAR	20		
02	NOTEBOOK SEMI-ROBUSTO DE ALTA RESISTÊNCIA. Certificação MIL-STD-810G. Equipamento novo. Frete incluso. EQUIPAMENTOS/ACESSÓRIOS QUE DEVERÃO ACOMPANHAR O PRODUTO: - Maleta para transporte; - carregador veicular.	UNIDADE	CADASTRAR	28		
TOTAL GERAL						

9. Justificativa Técnica da Aquisição :

Trata-se de equipamentos fundamentais para a execução das atividades dos servidores da Superintendência de Fiscalização da SEMA/MT. Através de uma tecnologia de ponta dos equipamentos adquiridos, as atividades de escritório e de campo das equipes de fiscais serão desenvolvidas com maior agilidade, permitindo desenvolver operações computacionais complexas e robustas.

As estações de trabalho tipo workstation, devido a sua elevada capacidade de processamento e armazenamento, proporcionará as equipes de fiscais a realização de cruzamentos de informações espaciais georreferenciadas através de técnicas de geoprocessamento e extrair uma enorme quantidade de produtos (mapas) para subsidiar as atividades de fiscalização em campo. Destaca-se ainda que através de técnicas de sensoriamento remoto será possível extrair informações com elevado rigor científico de imagens de satélite presentes no banco de dados da SEMA/MT.

Os notebooks de alta resistência são duráveis e de fácil operacionalização, sendo apropriados as atividades de campo. Através de uma tecnologia de ponta e associada a uma capacidade de resistência (robustez), as atividades de campo serão desenvolvidas com maior segurança e agilidade, permitindo ações em locais isolados e de difícil acesso.

A Superintendência de Fiscalização conta hoje com um número reduzido de equipamentos, que são incompatíveis com as atividades de planejamento e monitoramento de danos ambientais no âmbito do Estado de Mato Grosso, em especial no Bioma Amazônia.

Com estes equipamentos modernos será possível exercer as atribuições básicas da Superintendência de Fiscalização, promovendo também o monitoramento e controle nas áreas de ilícitos ambientais nas mais variadas regiões do Estado. Essas atividades desempenhadas vêm de encontro aos objetivos que o Projeto MT Sustentável, visando o fortalecimento da fiscalização ambiental estadual em empreendimentos particulares,

propriedades rurais, assentamentos, e Unidades de Conservação, nas zonas rurais e urbanas dos municípios sob a área de atuação. Dessa forma, haverá uma redução dos desmatamentos, queimadas e explorações ilegais, redução de empreendimentos em funcionamento sem a devida Licença Ambiental (LP, LI, LO...) ou em desacordo com a Licença concedida, coibir a pesca predatória e a caça ilegal no Estado. Todas estas ações promoverão um meio ambiente de qualidade à população de Mato Grosso visando o desenvolvimento sustentável.

10. Resultados Esperados:

O aparelhamento da Superintendência de Fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente propiciará melhorias em termos de mobilidade, agilidade, conforto e segurança, gerando maior qualidade na prestação de serviços ambientais e consequentemente maior satisfação por parte do cidadão.

A aquisição de equipamentos apropriados irá possibilitar uma efetiva ação estatal para o comando e controle das atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras.

Com a utilização permanente dos equipamentos adquiridos, também será possível reduzir os índices de desmates e de degradação ao meio ambiente.

11. Público Alvo:

Servidores da Superintendência de Fiscalização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT). A população do Estado de Mato Grosso, através da conservação do meio ambiente no bioma Amazônico, proporcionará o aumento da qualidade de vida da população.

12. Requisitos para apresentação da proposta:

12.1 O licitante deverá apresentar folder/catálogo/portfólio do produto? (X) Sim () Não

12.1 É preciso fazer vistoria? () Sim (X) Não

12.2 Perfil da Empresa e/ou do Profissional a ser contratado:
Não se aplica

13. Entrega do bem e/ou execução do serviço:

13.1 Tipo de Entrega:

- (X) Parcela única
() Parcelada, conforme cronograma
() Sob demanda
() Mensal

13.2 Prazo de entrega:

13.2.1 Da emissão da ordem de fornecimento:

- () A ordem de fornecimento/Serviço será emitida em até _____ após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.
() Conforme a necessidade, em caso de ser sob demanda.
(X) Não se aplica.

13.2.2 Da entrega dos produtos:

(X) Os produtos deverão ser entregues em até 90 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento, pelo fornecedor.

() Os serviços deverão ser iniciados em até ____ dias após o recebimento da Ordem de Serviço, pelo fornecedor.

() Os produtos/serviços deverão ser entregues, após emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço, conforme cronograma de execução (Deve vir anexo ao TR).

13.3 Local, horário e endereço de entrega do bem/execução do serviço:

13.3.1 Local da entrega:

() Gerência de Almoxarifado (Material de consumo).

(X) Gerência de Patrimônio (Bens permanentes).

(X) Outro: A entrega deverá ser acompanhada também pela Superintendência de Fiscalização – SUF juntamente com o Setor de Tecnologia da Informação – TI da SEMA/MT.

13.3.2 Horário de entrega: De segunda a sexta feira - das 13h30min às 16h00min

13.3.3 Endereço da entrega: Rua C esquina com Rua F - Centro Político Administrativo - Palácio Paiaguás. Prédio da SEMA/MT. CEP: 78.049-913 – Cuiabá-MT. Fone: (65) 3613-7391.

13.4 Condições para recebimento (Provisório/Definitivo) – art. 73 e 74 da lei 8.666/93

Após o recebimento provisório, caso seja constatada incorreções sanáveis, será concedido o prazo de até 30 dias para a correção e será feito novo recebimento provisório;

Depois de verificada a conformidade com a especificação, qualidade e quantidade, será feito o recebimento definitivo no prazo de até 15 dias.

13.5. Metodologia de acompanhamento:

Não se aplica.

14. Vigência do contrato:

() ____ meses.

(X) Não se aplica.

15. Forma de pagamento:

(X) Parcela única.

() Mensal.

() Em ____ parcelas.

() Sob demanda.

16. Obrigações específicas do objeto:

16.1 Da Contratante:

() Sim, especificar.

(X) Não.

16.2 Da Contratada:

() Sim, especificar.

(X) Não.

17. Das Garantias específicas do objeto:

(X) Sim. Garantia mínima de 01 (um) ano. Contado da entrega dos equipamentos.



() Não.
18. Das Sanções Administrativas específicas do objeto: () Sim, especificar. (X) Não.
19. Legislação específica aplicada ao objeto / Parecer específico, se houver: () Sim, especificar. (X) Não.
20. Considerações (se houver):

<p>Fernando Luiz Mews Responsável pela elaboração do TR Superintendência de Fiscalização</p> <p>Data: 01 / 03 / 2016.</p>	<p>Fernando Luiz Mews Responsável pela especificação técnica Superintendência de Fiscalização</p> <p>Data: 01 / 03 / 2016..</p>
<p>Gerente da unidade Setor</p> <p>Data: ____/____/____.</p>	<p>Fagner Augusto do Nascimento Coordenadoria / Superintendência Superintendência de Fiscalização</p> <p>Data: 01 / 03 / 2016.</p>



ANEXO VI

ORDEM DE FORNECIMENTO 000/2016				
Órgão requisitante: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO				
Endereço: RUA "C" ESQUINA COM A RUA "F" - CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO				
CNPJ: 03.507.415/0023-50		Inscr.: ISENT0	Fax: 3613-7270	
Cidade: CUIABÁ - MT		CEP: 78050-970	Fone: 3613-7308	
Unidade demandante:				
Fone:		E-mail:		
OBJETO:				
Fornecedor: / E-mail:				
Endereço:		Fone:	CEP:	
Cidade:		CNPJ/CPF:		
PROCESSO:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1				
2				
TOTAL				
Cuiabá/MT, / /2016.				
Pedido de empenho:				
Empenho:				
Condições para recebimento:				
Enviado por:		Autorizado por:		
Local de Entrega: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA – Rua "C" esquina com rua "F" - s/nº Palácio Palaguás – Centro Político Administrativo – Cep: 78050-970 – Cuiabá/MT, 65 3613-7278. Período , a partir das horas até as horas e das :00 horas às :00 horas, de segunda a sexta-feira.				